

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

SEXTO BIMESTRE DE 2015

Eu, **CRISTINA TIEMI ABE HIROSE**, RG n.º 37.452.575-4, servidora efetiva, matrícula funcional n.º 230, nomeada através da Portaria nº 49, de 03 de setembro de 2014, na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev e em cumprimento ao Comunicado SDG nº 32, de 28 de setembro de 2012 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a fim de atender os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, esse controle interno realizou, referente período supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas e a execução dos programas de governo e do orçamento do CaraguaPrev;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do CaraguaPrev, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;
- IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do CaraguaPrev; e
- V. Apoiar o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exercício de sua função institucional de controle externo.

O Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos obtidos pela Administração.

Considerando que o relatório em questão tomou por base informações e fundamentou-se em documentação verídica, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia de controles.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tende-se a evidenciar o que segue:

1- SITUAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

Para o 6º Bimestre de 2015 não houve alteração quanto a despesa fixada e a receita estimada.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

2.1 - Das Receitas – Fiscalização das Receitas de Contribuição

Constatou-se a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, parte patronal e dos segurados. Verificamos a regularidade dos repasses pelos órgãos: Prefeitura de Caraguatatuba, da Câmara Municipal de Caraguatatuba e Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC e CaraguaPrev.

2.2 - Demais Receitas

Constatou-se também a regularidade dos lançamentos e registro das receitas da Compensação Previdenciária - COMPREV e o registro dos rendimentos das aplicações financeiras em contas de Variação patrimonial aumentativa ou diminutiva.

2.3 - Resultado da Execução Orçamentária - RECEITAS

Verificou-se o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos resultado acumulado superavitário no sexto bimestre de 2015, conforme quadro que segue:

SEXTO BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015						
Discriminação	No Período			Acumulado		
	Previsão Anual	Programada	Realizada	Programada	Realizada	à Realizar
RECEITAS						
I. Receitas Correntes	12.972.000,00	2.162.000,00	4.481.965,26	12.972.000,00	14.451.823,46	-1.479,823,46
Contribuição do Servidor-Ativo Civil	11.269.000,00	1.878.166,66	2.490.871,23	11.269.000,00	10.974.443,09	294.556,91
Contribuição do Servidor Inativo Civil	65.000,00	10.833,34	26.601,08	65.000,00	89.292,37	-24.292,37
Contrib. do Servidor Pensionista Civil	25.000,00	4.166,66	5.726,10	25.000,00	25.327,86	-327,86
Receita Patrimoniais	639.000,00	106.500,00	550.875,16	639.000,00	550.875,16	88.124,84
Indenizações e Restituições	950.000,00	158.333,34	1.407,849,56	950.000,00	2.811.842,85	1.861.842,85
Outras Receitas Correntes	24.000,00	4000,00	42,13	24.000,00	42,13	23.957,87
II.Receita IntraOrçamentária	17.028.000,00	2.838.000,02	3.801.352,86	17.028.000,00	16.751.048,08	276.951,92
Contribuição Patronal -Ativo Civil	17.028.000,00	2.838.000,02	3.801.352,86	17.028.000,00	16.751.048,08	276.951,92
TOTAL DA RECEITA	30.000.000,00	5.000.000,02	8.283.318,12	30.000.000,00	31.202.871,54	1.202.871,54

2.4 - Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.922/10 e Política de investimentos para o exercício de 2015 **(Doc.01)**.

No 6º Bimestre, os investimentos do CaraguaPrev não superaram a meta atuarial (IPCA + 6% a.a), com atingimento acumulado no ano de 60,91% **(Doc.02)**.

Foi enviado ao Ministério da Previdência Social o Demonstrativo das aplicações e Investimentos, o Comprovante de Repasses das Contribuições ambos aferidos por aquele órgão como REGULARES. Enviado também em 30.11.15, o Demonstrativo do Resultado de Avaliação Atuarial - DRAA do exercício de 2015.

3 – DESPESAS

3.1 - Formalização e Conteúdo

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto legal e formal.

3.2 - Benefícios Previdenciários

Os benefícios são concedidos pelo órgão após o devido processo administrativo em que se comprovam os requisitos exigidos em lei. No referido bimestre, foram concedidas 09 aposentadorias. O pagamento dos proventos de benefícios dos servidores inativos e dos pensionistas processaram-se dentro das datas previstas, aplicando-se o teto constitucional remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão tendo como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

3.3 - Da Despesa de Administração

O CaraguaPrev cumpriu a determinação da Lei Complementar nº 59 de 05 de novembro de 2015, que fixa limite de gasto com despesas de administração. Análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual do CaraguaPrev. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

3.4 - Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

3.5 - Resultado da Execução Orçamentária – DESPESAS

A execução orçamentária da Despesa pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

DESPESAS	Dotação Atual	SEXTO BIMESTRE DE 2015		Acumulado		
		Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
III. Despesas Correntes	13.275.000,00	2.521.233,44	2.618.526,69	10.554.959,50	10.554.959,50	2.720.040,50
Inativos Civis	8.510.000,00	1.863.575,47	1.870.068,08	7.342.547,70	7.342.547,70	1.167.452,30
Pensionista Civis	2.505.000,00	427.239,13	427.239,13	1.777.251,68	1.777.251,68	727.748,32
Outras Despesas Correntes	2.260.000,00	230.418,84	321.219,48	1.435.160,12	1.435.160,12	824.839,88
IV. Despesas de Capital	800.000,00	0,00	0,00	4.636,00	4.636,00	795.364,00
Investimentos	800.000,00	0,00	0,00	4.636,00	4.636,00	795.364,00
Reserva Legal	15.925.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.925.000,00
TOTAL DA DESPESA	30.000.000,00	2.521.233,44	2.618.526,69	10.559.595,50	10.559.595,50	19.440.404,50

3.6 - Dos Empenhos

No sexto bimestre de 2015 os empenhos foram emitidos de forma prévia, nos quais estão anexados os documentos de suporte. O arquivamento dos empenhos se encontra em boa ordem e de fácil localização. A despesa empenhada em cada empenho está classificada de forma adequada. Todas as notas estão assinadas pela autoridade competente e o responsável pela sua emissão.

3.7 - Da liquidação da despesa

No sexto bimestre de 2015 foram emitidas liquidações de empenhos. A liquidação das despesas está baseada em documentos fiscais e atestados conforme a entrega dos serviços ou dos bens.

3.8 - Das Ordens de Pagamento

No sexto bimestre de 2015 foram emitidas ordens de pagamentos mediante autorização da autoridade competente e processadas pela contabilidade de forma tempestiva. Os pagamentos observaram a ordem cronológica dos empenhos e de

vencimentos. As ordens de pagamento registram de maneira clara as retenções exigidas por contrato ou lei (INSS, I.R.R.F, etc)

4 - DA ANÁLISE FINANCEIRA

4.1 - Do Saldo Financeiro

O saldo financeiro no sexto bimestre de 2015, apresentam-se conforme demonstração a seguir:

NUMERO	BANCO	AGENCIA	DESCRIÇÃO	SALDO A SEGUIR
BANCOS CONTA APLICAÇÃO				R\$ 230.174.055,48
1	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREVID.AÇÕES GOV.	441.367,06
2	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREV. RF IRF-M1	4.370.463,27
3	104	0797	9999-0 – CAIXA FI BRASIL REF DI LONGO PRAZO	2.792.797,61
4	044	004	1243450-1 - FIDC MULTISSETORIAL BVA ITÁLIA	2.281.152,25
5	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	3.416.812,89
6	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREV RF IDKA2	12.224.722,34
7	341	0248	04042-0 – SOBERANO RF IRFM1	8.098.963,28
8	001	1741-8	9999-6 - BB PREVID RF PERFILI	16.114.229,85
9	033	0342	13001576-2 – SANTANDER CORPORATE DI	2.204.920,63
10	104	1741-8	1000-0 – CAIXA FI REF DI LONGO PRAZO	6.982.065,32
11	033	0342	13001576-2 - BANCO SANTANDER – FIC IRF-M1 TIT PUB RF	805.121,54
12	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREVID. RF IMAB 5+	10.781.093,66
13	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREV TP VII	3.548.444,16
14	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL 2016 III TP RF	29.520.288,00
15	341	0248	04042-0 – ITAU INST ALOC DINÂMICA RF FICFI	7.775.866,81
16	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL 2020 IV TP RF	40.57.680,00
17	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	19.703.436,76
18	104	0797	1000-0 – CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	58.454.630,05
BANCOS CONTA MOVIMENTO				R\$ 15.730,14
15	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL Conta Movimento	12.586,67
16	033	4171-8	13000149-1 - BANCO SANTANDER Conta Movimento	2,60
17	104	0797	9999-0 – C.E.F – Conta Movimento	2.108,23
18	104	0797	1000-0 – C.E.F – Conta Movimento	1.032,64

TOTAL: R\$ 230.189.785,62

5 - DOS ATOS DE PESSOAL

No período do 6º bimestre de 2015, exerceram os cargos da Diretoria Executiva:

- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 341, de 11 de setembro de 2015, o servidor efetivo **Ezequiel Guimarães de Almeida**, para o cargo de Presidente com mandato vigência de 14.09.15 à 11.11.15, recebendo remuneração do seu cargo de provimento efetivo e demais vantagens, conforme LC nº 25, de 25 de outubro de 2015;

- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 383, de 27 de novembro de 2015, o servidor efetivo **Ezequiel Guimarães de Almeida**, para o cargo de Presidente com mandato vigência de 11.11.15 à 10.11.2019, recebendo remuneração do seu cargo de provimento efetivo, demais vantagens de seu cargo, e gratificação de 30% (trinta por cento) estabelecida no artigo 81, da Lei Complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, observado o teto constitucional;
- ✓ Nomeada pelo Decreto nº 340, de 11 de setembro de 2015, a servidora efetiva **Luana Moussalli Forcioni Guedes**, para o cargo de Diretora Financeira, com mandato vigência de **14.09.15 a 13.09.17**, com remuneração de seu cargo de Agente Administrativo, demais vantagens de seu cargo, acrescida de gratificação de função em 30% (trinta por cento), conforme Portaria nº 60, de 21 de setembro de 2015 e art. 21 da LC nº 25, de 25 de outubro de 2007;
- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 157, de 22 de setembro de 2014, o servidor efetivo **Fernando Gonçalves Cervantes**, para o cargo de Chefe de Benefícios, para o período de **08.09.14 a 07.09.16**, com vencimentos do símbolo CC-5;
- ✓ O quadro de servidores efetivos é composto por 06 Agentes administrativos, 01 Técnico de contabilidade e 01 Procurador jurídico;
- ✓ Foi aplicado o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão aplicando-se como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI da CRFB/88;
- ✓ A frequência dos servidores é controlada através de registro de ponto eletrônico biométrico, sendo que a folha de pagamento foi elaborada com base nos dados ali registrados.
- ✓ Foi aplicado o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão aplicando-se como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI da CRFB/88;
- ✓ A frequência dos servidores é controlada através de registro de ponto eletrônico biométrico, sendo que a folha de pagamento foi elaborada com base nos dados ali registrados.

6 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS E COMITÊ:

- ✓ Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e também do Comitê de Investimentos não são remunerados.

7 - DOS CONTRATOS, DAS COMPRAS E LICITAÇÕES:

- ✓ No sexto bimestre de 2015, houve processo licitatório na modalidade Carta Convite nº 02/2015, tipo: menor preço, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados em cessão de licença de uso, implantação, personalização, manutenção, atualização e suporte técnico no Sistema Integrado de Gestão Previdenciária;
- ✓ Firmou termo de aditamento nº 11/15 ao contrato nº 11/14 em 04.11.15 com a empresa Office Vale Sistemas de Impressão Ltda - EPP, tendo como objeto a locação de um equipamento multifuncional, pelo prazo de 12 meses, com atualização do IGPM acumulado nos últimos 12 meses previsto no contrato inicial;
- ✓ Firmou termo de aditamento nº 12/15 em 09.12.15 ao contrato com Leda Polillo Mendes, tendo como objeto a locação de imóvel, situado à Rua São Benedito, nº 530 – Centro, Caraguatubá-SP, para as instalações da sede do CaraguaPrev, pelo prazo de 12 meses, com atualização do IGPM-FGV acumulado nos últimos 12 meses previsto no contrato inicial;
- ✓ Firmou contrato nº 04/15 em 22.12.15 com a empresa Four Info Comércio e Desenvolvimento de Software Ltda, tendo como objeto serviços técnicos especializados em cessão de licença de uso, implantação, personalização, manutenção, atualização e suporte técnico no Sistema Integrado de Gestão Previdenciária, pelo prazo de 12 meses;
- ✓ Firmou termo de aditamento nº 13/15 em 29.12.15 ao contrato com a Caixa Econômica Federal, tendo como objeto a prestação de serviços de movimentação, liquidação e custódia de títulos públicos do CaraguaPrev, a partir de 07.01.2016, pelo prazo de 12 meses.

8 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO

- ✓ Segundo nossos testes efetuados, verificamos o correto lançamento destes setores.

9 - DOS BENS PATRIMONIAIS

- ✓ Foi constatado que os bens móveis adquiridos pelo Instituto e incorporados ao patrimônio municipal estão registrados contabilmente, estando todos numerados, com placas de identificação afixadas e regulares.

10 - USO DO TELEFONE FIXO

- ✓ O Instituto tem duas linhas de telefone fixo e seu uso é monitorado mensalmente através do relatório de ligações efetuadas.

11 - DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

- ✓ Não foram realizadas operações de crédito no 6º bimestre.

12 - DOS CONSELHOS DE PREVIDENCIA E FISCAL

- ✓ Os Conselhos reuniram-se ordinária e extraordinariamente (12.11.15) de acordo com o estabelecido na Lei Instituidora, tendo aprovado e apreciado matérias de sua competência.
- ✓ As Demonstrações Financeiras do período em exame foram aprovadas pelos pares do Conselho Fiscal.

13 - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- ✓ O Comitê de Investimentos também se reuniu, tendo discutido matérias relativas a investimentos do Instituto, submetendo suas decisões para aprovação do Conselho Deliberativo, bem como analisou o relatório de investimentos de cada mês.

14 - CÁLCULO ATUARIAL

- ✓ Sem alteração quanto à informação prestada no 1º bimestre .

15 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIÊNCIARIA - CRP

- ✓ O CRP de Nº 986311-136886 do Município está em vigor, tendo sido emitido em 14 de novembro de 2015 e válido até 12 de maio de 2016. Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para o RPPS de Caraguatatuba, junto ao Ministério da Previdência Social.

16 - LIVROS E REGISTROS

- ✓ Pelos testes efetuados, na extensão considerada necessária, verificamos a boa ordem formal dos livros e registros, estando regulares.

17- DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

- ✓ Não chegou ao nosso conhecimento a existência de denúncias ou representações.

18 - TRANSPARÊNCIA

- ✓ Verificamos que o CaraguaPrev mantém atualizado seu sitio na Internet (site), onde pudemos encontrar publicados: toda as informações de Receitas e Despesas detalhadamente, Balancetes da Receita, Balancetes da Despesa, Plano Plurianual, LOA, Política de Investimentos, Extratos de contatos, Atas das reuniões do órgão máximo decisória o Conselho Deliberativo, do Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, APRs, Credenciamento de instituições financeiras, legislações e outras

informações atendendo o princípio da transparência da coisa pública e também buscando a interação com os segurados.

- ✓ Aprovada Lei Complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização do RPPS do Município de Caraguatatuba.
- ✓ No dia 09 de dezembro de 2015, através da Resolução/CaraguaPrev nº 02, de 24 de novembro de 2015 e conforme Lei Complementar n.º 59, de 05 de novembro de 2015, foi realizada eleição dos membros do Conselho Fiscal e Deliberativo do CaraguaPrev.

19 – PROJETO AUDESP

- ✓ O Sistema AUDESP é alimentado com a ciência da obrigatoriedade de cumprir os respectivos prazos. Observa-se que os prazos foram cumpridos no bimestre em análise.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- ✓ Todas as despesas realizadas pelo Instituto estão em consonância com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, atentando ao cumprimento das metas estabelecidas.

Caraguatatuba, 12 de janeiro de 2016.

CRISTINA TIEMI ABE HIROSE
Responsável pelo Controle Interno